

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MENINAS E MENINOS: esperanças e caminhos para a ruptura.¹

Ilcelia Alves Soares^(*)

*Já choramos muito, muitos se perderam no caminho.
Mesmo assim não custa inventar uma nova canção
que venha nos trazer sol de primavera*
(Beto Guedes).

Resumo

A violência contra meninas e meninos é compreendida, neste texto, como um fenômeno datado historicamente e demarcado pela especificidade de atos violentos e abuso de poder, praticado contra elas e eles por pais e responsáveis. Como forma de elucidá-lo, apresentaremos um estudo de caso sobre uma família com suas subjetividades próprias. Iniciaremos com a história da família. Em seguida, abordaremos o cotidiano familiar de Dona Rosa e Sr. Cravo afetado pelas violências e por último será sinalizado os caminhos que encontraram para romper com a violência. A experiência religiosa foi assinalada por cada membro familiar como elemento facilitador do processo da ruptura da violência, através da fé, bem como, da convivência com os “irmãos e irmãs”.

Palavras chave: Violência doméstica. Ruptura. Família. Experiência religiosa.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST GIRLS AND BOYS: hopes and ways to break

Abstract

The violence against girls and boys is understood, in this text, like a phenomenon historically dated and defined for the specificity of the violent actions and power abuse, practiced against them for their fathers and responsables. Like a way for clarify its, we will present a case study about a family with itself subjectivity. We will start with the history of the family. Then, we will discuss the familiar daily of Mrs. Rosa and Mr. Cravo, affected by violences and, lastly, the ways what we meet for breakup violence. The religious experience was marked for each member of that family like a facilitator element of the process of breakup violence, through the faith, like the interaction with "brothers and sisters".

Keywords:

Violence Domestic. Breakup. Family. Religious experience.

¹ Esse texto é um recorte da Dissertação de Mestrado do Programa de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco a qual tem como tema: “Família em situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente: é possível romper com este cenário?” defendida em 2009.

^(*)Psicóloga e Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Especialista em Violência Doméstica – USP.

Introdução

A família tem se apresentado como o grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade e/ou de convivência e desenvolvimento mútuo. Como um sistema que se constrói e se modifica segundo diferentes contextos sociais, culturais, políticos e históricos, gerando novas configurações e relações em um universo diferente de expectativas, de representações subjetivas, com suas dificuldades peculiares, envolvendo todos os seus membros.

É fundamental, também, sinalizar o quanto essa família tem se constituído em um lugar profundamente afetado pela problemática da violência contra as crianças, os adolescentes, os idosos, e as mulheres. Diante da diversidade das pessoas que vivem em situações de violências, este texto faz seu recorte, visualizando as meninas e os meninos no contexto familiar.

Para Ambroise Tardieu (s/d.), médico e presidente da Academia de Medicina de Paris, a família também é *locus* de violências, inseguranças e medos, ele acrescenta que os pais, os mesmos que lhes deram a vida, são capazes de serem nocivos aos filhos e filhas, em alguns casos, podem levá-l@s a óbito.

Sendo assim a violência contra meninas e meninos é compreendida neste estudo como um fenômeno datado historicamente e demarcado pela especificidade de atos violentos e abuso de poder praticado contra elas e eles, por pais e responsáveis.

Família e violência referida neste texto são compreendidas como categorias convencionadas pela cultura e datadas historicamente, tem se apresentado, ao longo da história com terminologias e formatos próprios, podendo ser encontradas também na mitologia e nas religiões. Contudo, não esquecendo o fato de que, para cada cultura, aquilo que denominamos “violência” pode não receber necessariamente essa mesma valoração e sentido em outra cultura e momento histórico.

Lembramos que “violência” – como categoria “convencionada”, a saber, condicionada pela cultura e pela história –, não poderia jamais ser pensada a partir de lugar algum ou de um lugar absoluto, pois todo aquele que assim procede e busca compreendê-la, o faz a partir de um *locus* epistemológico específico.

Camargo e Buralli (1998) quando fazem menção a Damergian (1986) e registram que este, ao examinar os documentos históricos, percebe o filicídio coexistindo com a iniciação da maioria dos processos mitológicos ou religiosos, e este nas origens do procedimento sócio-histórico-cultural dos povos.

Camargo e Buralli (1998) acrescentam ainda que se confirma tal registro na Bíblia (1999) quando relata os sofrimentos de meninos e meninas, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. A exemplo disso, ao narrar a História do povo Hebreu, o Antigo Testamento cita o caso de Abrão que quase sacrificou seu filho Isaac como prova de obediência a seu Deus, e o relato sobre a determinação do Faraó em jogar no rio todos os meninos, por ocasião do nascimento de Moisés. Ainda na Bíblia, no Novo Testamento, por ocasião do nascimento e perseguição do menino Jesus, o rei Herodes, em Belém, mandou exterminar todas as crianças menores de dois anos de idade. Segundo Amaral e Mattioli (2004, p.149):

Na tradição judaica, a criança sofria abandono tanto pelos pais como pelo Estado. O ato dos pais de desampararem seus filhos era perfeitamente aceito, já que estes tinham poder de vendê-los, caso necessitassem ou simplesmente não quisessem dividir os bens.

Segundo Azevedo e Guerra (1995), discutindo o incesto pai-filha como algo presente na História, em uma cultura patriarcal, tanto na tradição judaica-cristã quanto na tradição islâmica, a filha solteira era, antes de tudo, filha do pai. Pode-se assim entender, de acordo com o exposto pelas supracitadas autoras, por que as punições e penalidades eram aplicadas ao incesto mãe-filho e não ao incesto pai-filha. Azevedo e Guerra (1995) continuam argumentando que:

[...] embora o comportamento de um pai incestuoso não tenha sido nunca explicitamente encorajado, também não tem sido sempre condenado. O antigo historiador Heródoto (Século V a.C.) fala de um rei do Egito que ‘tomado de paixão por sua filha, violou-a’. A filha, envergonhada, matou-se e a mãe amputou as mãos das escravas por não terem ‘evitado o ultraje’, mas ninguém puniu o pai (...). O Papa Alexandre VI (Século XV) anunciava publicamente ser o pai das crianças de sua filha. Também no Século XV, Beatriz Cenci planejou a morte de seu pai, Francis Cenci, um criminoso, (...) que a havia estuprado. A despeito de toda evidência que ela reuniu em sua defesa e apesar do enorme apoio e simpatia popular que recebeu, Beatriz Cenci foi decapitada (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p. 58-59).

De volta às civilizações antigas, relatos diversos foram encontrados e descritos por historiadores, sociólogos, psicólogos e antropólogos sobre a existência de infanticídios, sacrifícios, castigos, incestos, filicídios e outros atos distintos praticados por adultos contra meninas e meninos, muito embora tudo isso não fosse considerado

violência naquele contexto histórico. A exemplo disso, na Grécia Antiga, quando os meninos e meninas encontravam-se doentes e/ou apresentavam alguma deformidade física poderiam ser mortos ou abandonados, especialmente se fossem meninas.

No Século IV a.C., há relatos de que as meninas eram sacrificadas aos deuses. Na Mitologia, Medéia matou os filhos para vingar-se de Jasão, seu marido, e Cronos devorou seus filhos recém-nascidos, para que nenhum deles viesse a usurpar o seu trono. Em Roma, por exemplo, era muito comum abandonar as filhas e filhos indesejados; as meninas ficavam sob custódia do homem mais velho da família, o *patresfamiliae* (o chefe da família). De acordo com a Lei Romana, ele tinha poder sobre a vida e a morte de todos os membros da família (AZAMBUJA, 2004).

Igualmente, direcionando-se o olhar, especificamente para Brasil, em todos os períodos históricos brasileiros, Brasil Colônia (1500-1822), Brasil Império (1822-1889) e Brasil República (1889 em diante), as crianças – quer sejam brancas, negras, ricas, pobres, do sexo masculino ou feminino – têm sofrido todo tipo de violência pela família e pelo estado e governantes, desde os castigos físicos, entendidos como práticas para disciplina e educação, aos abusos e abandonos.

Como forma de exemplificar o que vem sendo exposto teoricamente, apresentaremos neste texto o estudo de uma família com as subjetividades próprias de cada um deles². Iniciaremos com a história da família, em seguida, abordaremos o cotidiano familiar de Dona Rosa e Sr. Cravo afetado pelas violências, por último será sinalizado os caminhos que encontraram para romper com a violência.

A Família de Dona Rosa e o Sr. Cravo: subjetividades e histórias

Esta entrevista foi realizada na residência da família, localizada em um dos bairros da cidade de Recife, e contou com a presença do Sr. Cravo (44 anos), Dona Rosa (35 anos), Girassol (05 anos, cursando a 1ª. série do Ensino Fundamental I) e Gerânio (9 anos, cursando a 4ª. série do Ensino Fundamental I).

Juntamente com Dona Rosa, Sr. Cravo e Girassol – o filho do casal – residem os 03 filhos do primeiro casamento de Dona Rosa: Dente-de-leão, Begônia e Gerânio, em uma casa com três quartos simples, porém confortáveis. Os adolescentes Dente-de-leão (17 anos, parou de estudar e trabalha com computação, na loja de seu genitor) e Begônia

² Por questões éticas, os nomes apresentados são fictícios, todos substituídos por nomes de flores.

(13 anos, cursando a 6ª. série do Ensino Fundamental II). Estes não participaram da entrevista por motivo de trabalho e estudo, segundo a justificativa de sua mãe.

Dona Rosa e o Sr. Cravo se encontraram – após a separação de ambos – de seu casamento anterior. Dona Rosa se separou devido à violência de gênero, física e psicológica, que sofreu perpetrada pelo primeiro marido. Desse primeiro casamento, ela teve 05 filhos: 02 meninas e 03 meninos. Dois deles residem em São Paulo: Miosótis (11 anos, cursando a 6ª. série do Ensino Fundamental II) e Bromélia (16 anos), casada, mãe de um bebê de 03 meses, motivo pelo qual alega ter interrompido os estudos; e os outros 03: Dente-de-leão, Begônia e Gerânio, como, anteriormente citado, residem em Recife, com o casal.

Essa família apresenta uma configuração de recasada. Atualmente, Dona Rosa, além de exercer as funções de dona de casa, cursa o terceiro ano do Magistério e faz parte do grupo de discussão da ONG; enquanto Sr. Cravo trabalha como vendedor de seguros e tem o Ensino Médio completo. Ambos afirmam ser cristãos praticantes e membros de uma igreja Protestante.

O casal demonstra preocupação, de um modo geral, com relação à sobrevivência, dificuldade com a adaptação à adolescência de Dente-de-leão e Begônia, com a saudade que Dona Rosa sente dos dois filhos que vivem em São Paulo e com a surpresa de ser avó, em função da gravidez de sua filha Bromélia, a qual remete a sua história de vida, ao ser mãe aos 17 anos.

A entrevista iniciou com a fala das crianças, Gerânio e Girassol, contando sobre suas brincadeiras quando não se encontram na escola, pois os pais permitem que eles brinquem na rua, em frente à sua residência, de bicicleta, bola de gude, futebol e que a irmã, Begônia, às vezes, também brinca com eles, acrescentando, ainda, que é “bom” fazer parte dessa família.

O casal afirma ter cometido violência física e psicológica doméstica contra seus filhos, principalmente com os mais velhos, através de gritos, beliscões, tapas, chineladas e empurrões. O casal expressa, ainda, que Girassol praticamente não “apanhou” por fazer parte do novo momento da família, em que procura evitar a prática de violência doméstica contra as crianças e os adolescentes.

Dona Rosa acrescenta que as atitudes violentas são atribuídas, ora a circunstâncias, tais como o período da morte de sua avó, doença, quando se encontrou com depressão e, em momentos em que lhe faltava paciência, ora pelo fato de ignorar que as citadas ações eram violência doméstica.

Durante a entrevista, o Sr. Cravo se refere à sua família de origem como *locus* de aprendizado de violência física e psicológica doméstica, por parte de seu pai e mãe. Diz ter introjetado estas violências como algo natural ao ser humano e foi, com Dona Rosa, que ele afirma ter mudado esse conceito da naturalização da violência doméstica. Contudo, Dona Rosa não mencionou a família de origem dela, e se deteve nos dados sobre as famílias constituídas.

As crianças, Gerânio e Girassol, sentaram juntas ao lado do casal. Durante a entrevista, participaram ativamente conversando entre eles e complementando a fala da mãe, dirigindo o olhar ora aos membros da família, ora à entrevistadora. No final, Girassol presenteou a pesquisadora com um desenho colorido, em folha de papel reciclado, que, segundo ele, este desenho representava sua família, e que foi produzido durante a conversa.

O cotidiano familiar afetado pela violência física e psicológica.

Diante das diversas formas de violência doméstica, neste estudo, através do material coletado nas entrevistas realizadas com a família – atores sociais – distinguiram-se dois tipos de violências, extraídas de suas falas: a Violência física doméstica – V.F.D. e a violência psicológica doméstica – V.P.D.

A Violência física doméstica – V.F.D. – como narra o Sr. Cravo: “É qualquer atitude de agressão que a gente acha que é natural. É uma violência: um beliscão, um tapa, empurrão” (sic). E a violência psicológica doméstica – V.P.D. – como relata a menina Flor de Liz: “Agridir com palavras é tortura [...] tortura. Isso também é uma forma de agressão, de violência” (sic).

O fato de a Violência física doméstica ser apontada pelo Senhor Cravo como algo “natural”, provavelmente, sinaliza não somente a banalização da violência na sociedade, como também, a legitimação dessa violência no seio das famílias como algo que faz parte da educação doméstica, em que os adultos exercem sua autoridade como abuso de poder para educar as crianças e adolescentes: batendo, castigando fisicamente

e exigindo obediência incondicional. Guerra (1998, p. 95) critica essa suposta ordem de naturalização ao afirmar que:

Autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não como social. A criança deve submeter-se ao adulto porque ele lhe é naturalmente superior. Os pais, que assumem esta função por um fato da natureza, têm direitos prioritários sobre a criança. Sua dependência social é transformada em dependência natural. A obediência se torna um dever exclusivo da criança, e sua revolta é encarada pelo adulto como uma transgressão aos direitos do próprio adulto. Guerra (1998, p. 95).

Esses mesmos espaços familiares, em que se defende o uso da força física como meio de educar, possibilita que os pais e as mães adestrem os filhos e filhas para aceitarem e aguentarem a violência como algo natural, apropriado para seu processo educativo.

O senhor Cravo acrescenta e demarca a gravidade dessa naturalização da violência na família; enfatiza-se que essa gravidade não se restringe somente ao espaço familiar, considerado privado, mas que ela permeia, concomitantemente, o contexto público, social.

Eu achava natural dar empurrão, porque eu vim de uma família um pouco complicada, em que todos se acostumaram e se habituaram a certas atitudes de violência, pegou aquele costume, achava que isso era um comportamento natural do ser humano, mas isso é muito grave (Senhor Cravo).

Segundo Azevedo e Guerra (1995), Guerra (1998), a violência física doméstica é compreendida pela família como forma de disciplina, em que os castigos e punições corporais tornam-se costumes; são considerados e enfatizados como método adequado para a boa educação. Então, os pais e/ou responsáveis admitem que a disciplina física consiste em um procedimento eficiente para polir e formar as crianças e adolescentes, transformando-os em pessoas submissas e obedientes, afetando sua iniciativa, espontaneidade e criatividade. Entretanto, essas mesmas crianças e adolescentes podem, semelhantemente, apresentar o outro lado dessa educação autoritária: a predisposição à rebeldia.

Para Dona Rosa o ato de bater em seus filhos e filhas, é falta de consciência, é desconhecer que estas ações se constituem em violência doméstica física e psicológica. Portanto, essa falta de consciência, de conhecimento, provavelmente, dificulta a identificação e o reconhecimento do tema, levando a atuações consideradas irracionais. Atente-se para sua fala:

[...] na realidade eu não sabia que o que eu fazia era violência. Eu dava grito e não pedia desculpas, eu batia e não explicava o porquê. Às vezes agredia mesmo, mas, com o passar do tempo a gente vai descobrindo que violência é tudo que agride o ser humano, não é? Para mim, hoje, violência é falar grosso, ser mal educado com as pessoas e não ter respeito (Dona Rosa).

Pondere-se que, em seu percurso de vida - “o passar do tempo” - , ela identifica o que é violência – introjeta o saber –, apropria-se do conhecimento e descobre que pode rever sua ação. Quando ela explica porque bate e/ou desculpa-se quando grita, provavelmente, reconhece que sua atitude não é a mais adequada. Contudo, será que o desculpar-se e/ou explicar-se evita a humilhação e o constrangimento de seus filhos e filhas? Os autores que trabalham com a temática como, por exemplo, Greven (1992), Azevedo e Guerra (1995), Guerra (1998) afirmam que essa vivência gera os mais diversos sentimentos de raiva, medo, angústia, vergonha, ódio, hostilidade e que podem ser, às vezes, negados, reprimidos e até esquecidos, porém não desaparecem. “Tudo permanece gravado no mais íntimo do ser e os efeitos da punição (e humilhação) permeiam nossas vidas, nossos pensamentos, (nossos corpos), nossa cultura” (GUERRA, 1998, p. 48).

Outro dado relevante que surge na fala de Dona Rosa - a seguir - é que as violências vividas, no espaço doméstico, aparecem e se intensificam diante de: um momento de dor, doença, perdas, situações de sofrimento, falta de paciência, e quando o diálogo se esgota e diante da relação conjugal deteriorada, afetando a comunicação e a relação de todos. A exemplo de Dona Rosa quando diz:

No período que eu fiquei doente assim - com depressão -, eu fui severa, pra lá de bicho. Falava duas, três vezes e perdia a paciência [...]. E no processo da morte da minha avó eu também agredi mesmo meus filhos. Eu cheguei ao ponto de querer jogá-los pela janela, não tinha paciência se chegasse junto de mim. Foi terrível! Batia mesmo neles! (Dona Rosa).

Dona Rosa fala sobre o desejo de exercer o cuidado, sem recorrer ao uso da força, o bater, a “pedagogia do tapa” e de assumir seus próprios limites para os filhos e filhas: “Agora eu procuro dizer aos meus filhos que eu não sou perfeita e eu erro todo dia. (risos) Mas eu peço a Deus misericórdia para cuidar dos meus filhos de uma forma melhor, sem bater (Rosa)”. Girassol, seu filho, responde confirmando: “A senhora já cuida”.

Essa família traz, em sua fala, a presença do religioso, da “ajuda divina e misericordiosa” para educar os filhos. Paradoxalmente, observa-se que a mesma Igreja cristã dessa família, pode exercer um poder religioso respaldado em textos da Bíblia (1999) na defesa da perpetração da violência física contra crianças e os adolescentes. Segundo Guerra (1998), no Séc. XVII, havia uma atenção aos textos bíblicos, por parte dos Puritanos, para legitimar a violência física contra crianças como um ato para educar. São exemplificados, a seguir, alguns destes textos bíblicos do Antigo Testamento, os quais são, geralmente, lidos e usados por alguns fiéis, ainda hoje, fora de contexto e da cosmovisão da época em que foram escritos:

“O que retém a vara aborrece a seu filho, mas o que o ama, cedo, o disciplina” (Provérbios, cap. 13 e versículo 24).

“Castiga o teu filho, enquanto há esperança, mas não te excedas a ponto de matá-lo” (Provérbios, cap. 19 e versículo 18).

“Não retires da criança a disciplina, pois se a fustigarás com a vara, não morrerá. Tu a fustigarás com a vara e livrarás a tua alma do inferno” (Provérbios, cap. 23 e versículos 13 e 14).

Os caminhos traçados pela família de Dona Rosa e do Sr. Cravo durante o processo de ruptura da violência doméstica.

O casal fala como eles encontraram os caminhos para o processo de ruptura da violência doméstica contra as filhas e filhos e como cada um se afetou, mutuamente. Citaram alguns pontos elencados abaixo:

A necessidade de reconhecer e admitir que erraram na educação dos filhos, quando recorreram à violência doméstica, apresentada por eles como uma “tendência para agir no impulso”. Destacaram, então, a importância de “pensar” antes de tomar qualquer atitude, como forma para interromper esse ciclo de violência:

A tendência nossa é levar tudo ao caos, é tomar atitude impulsiva achando que é o correto, mas nós devemos parar. Pensar antes de tomar qualquer atitude é a melhor maneira de evitar a violência (Senhor Cravo).

Hoje dói saber que eu estava errada quando batia nas crianças. Hoje eu e ele (marido) conversamos sobre isso. E hoje eu peço perdão aos meus filhos; eu sei parar e dizer: filho, perdoe-me. Eu estou errada (Dona Rosa).

Esse casal discorre sobre a relevância do autoconhecimento e da ajuda mútua, provocada pela reflexão e pela leitura da bíblia e de outros livros, que os ajudaram na caminhada.

Estou lendo um livro do psiquiatra Augusto Cury que tem me ajudado muito. Ele fala assim: treinando a emoção para ser feliz. Entendeu? [...] É pensar antes de tomar atitudes; através disso, os problemas estão sendo resolvidos, graças a Deus.

A violência de casa tem que ser eliminada para evitar problemas futuros com os filhos e a mulher. Rosa me ensinou isso. Mas tem que ter uma solução e uma decisão da própria pessoa quando percebe que aquilo está prejudicando a educação dos filhos. Entendeu? Eu achava que era uma coisa natural. Agora sei que não; e é uma coisa muito prejudicial pra todos nós (Senhor Cravo).

Na família de dona Rosa, ela admite que houve violência doméstica e fala que pôde mudar, através da “educação com amor”, do diálogo e da compreensão, que possibilita a troca de lugar entre ela e seus filhos, favorecendo o encontro sem violência. Isso faz lembrar de um escrito de Moreno (1993) quando conceituava o “encontro”, no IV Congresso Internacional de Psicodrama em Buenos Aires:

Um encontro de dois: olho a olho, cara a cara, e, quando estiver perto, arrancarei teus olhos e os colocarei no lugar dos meus; e tu arrancarás meus olhos e os colocarás no lugar dos teus; então, olhar-te-ei com teus olhos e tu me olharás com os meus (MORENO, 1993, p. 73).

Parece que dona Rosa fala que a não-violência pode favorecer o encontro com seus filhos e filhas, através de uma relação de empatia em que mãe e filhos se identificam e permitem lançar um olhar sobre o outro e sobre seus vínculos e laços afetivos.

Eu sempre digo para meus filhos que a violência começa no lar [...] e ela tem que sair do lar, deixar de existir. A meu ver, para isso, só com educação e com amor. Porque educar sem amor não adianta nada. Hoje o que eu tento passar para meus filhos é conversando, tentando compreender eles, pondo-me no lugar deles e eles se pondo no meu lugar, para eu sentir um pouco a dor deles e eles sentirem minha dor (Rosa).

A família de dona Rosa e do senhor Cravo descreve ainda os movimentos no tocante à Organização Não Governamental/ONG, e à experiência religiosa, como parte do caminho para a ruptura da violência doméstica física e psicológica.

Dona Rosa acrescenta ter encontrado ajuda na ONG – e também na relação com a psicóloga, ajuda que, segundo ela, veio favorecer o processo de ruptura:

Além da instituição que procurei para me ajudar, além da igreja, além de eu mesma me conscientizar que eu estava errada e precisava de ajuda, fui também lendo muitos livros, procurando me ajudar; e o tempo que fiquei me tratando com a psicóloga foi de grande ajuda (Rosa).

Através da fala de dona Rosa, pode-se identificar outros vínculos que ultrapassaram a esfera familiar. Dona Rosa ampliou sua rede social de afeto, quando estabeleceu laços sociais com as pessoas que compõem a ONG.

A Igreja, para Dona Rosa, é o lugar que congrega pessoas que possuem, em comum, valores e crenças peculiares em um determinado ser transcendente, Deus. A Igreja também pode ser a comunidade de Fé onde pessoas reunidas compartilham sentimentos, atos, experiências religiosas, e estabelecem vínculos.

Considerações finais

Foi percebido, no decorrer das falas dessa família, que suas relações foram afetadas e modificadas após o contato de todos os seus membros com outras pessoas, com a Organização Não-Governamental e com a comunidade de fé, surgindo, em decorrência disso, a existência de um desconforto, diante da conscientização da violência e do desejo de modificar o cenário familiar.

Outra consideração foi a experiência religiosa, assinalada por cada membro familiar, como elemento facilitador do processo da ruptura da violência, através da fé, bem como, da convivência com os “irmãos e irmãs”.

Percebe-se, então, que a experiência de Fé assinalada por essa família, tornou-se elemento facilitador do processo da ruptura da violência, através da fé no transcendente, bem como a convivência com os “irmãos” – membros da Igreja, pessoas que ampliaram a rede de convívio social da família.

A convivência dessa família com a comunidade de fé, foi apontada como mais uma forma de estabelecer vínculos e de romper com a violência, considerando que a própria compreensão de religião diz respeito a um conceito de relação, ligação de um eu com um outro ser divino, e o reunir-se com os outros irmãos – membros da igreja.

Referências

AMARAL, L. R. O. G.; MATTIOLI, O. C. Acidentes infantis e violência doméstica. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C. (Org.). *Gênero e violência*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004. p. 143-164.

AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica contra criança: uma questão de gênero? In: AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P.; STREY, M. N. (Org.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 259-289.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A.. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BÍBLIA. **Provérbios 13:24, 19:18 e 23:13-14**. São Paulo: Ed. Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CAMARGO, C. L.; BURALLI, K. O. *Violência familiar contra criança e adolescente*. Salvador: Ultragraph., 1998.

DAMERGIAN, S. Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grandes centros urbanos. In: STEINER, M. H. C. F. *Quando a criança não tem vez: violência e desamor*. São Paulo: Pioneira, 1986. p. 1-15.

GREVEN, P. *Spare the child*. New York: Vintage Books, 1992.

GUERRA, V. N. A.. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

MORENO, J. L. *Psicoterapia de Grupo e Psicodrama*. 2. ed., Campinas: Editorial Psy, 1993.

TARDIEU, A. (s/d). *Étude médico-legale sur les sevrices et mauvais traitements excessifs des enfants*. Disponível em : <http://web2.biumunivparis5.fr/livanc/?p=361&cote=90141x1860x13&do=page>. Acesso em 19 ago. 2008.